



# DEFESA ATIVA E DOCTRINA DEFENSIVA NO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS

Douglas Carter McCary

## INTRODUÇÃO

**E**m 1976 o Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos Estados Unidos publicou uma nova edição do manual de campanha básico do Exército para doutrina tática, o *Manual de Campanha 100-5 — Operações* (Field Manual (FM) 100-5). Este novo manual introduziu modificações na doutrina do Exército dos EUA que afetaram as operações não só defensivas, como também as ofensivas. Um debate surgiu de diversos setores de dentro do próprio Exército com relação à nova doutrina, sendo que a maior parte da discussão se concentrava sobre o conceito da recém-criada "Defesa Ativa". Esta discussão se relacionava tanto com os mal-entendidos, como com a

confusão com relação à forma pela qual esta doutrina de defesa ativa seria aplicada, assim como das críticas relativas à viabilidade da nova doutrina de defesa.

Este debate doutrinário prosseguiu dentro do Exército dos EUA durante diversos anos, com a publicação de inúmeros artigos em revistas profissionais que argumentavam não só os aspectos positivos como as fraquezas do conceito de defesa ativa. Por volta de 1981, dois oficiais graduados, envolvidos na avaliação da doutrina tática, viariam a assinalar que "nenhum outro assunto sobre tática teria provocado um debate tão grande no Exército dos EUA, como este da defesa ativa" (Tate e Holder, 1981, 2). Que esta discussão é de importância vital para o Exército americano é destacado, ainda, pe-

los comentários de um outro oficial altamente graduado:

"Não há dúvida de que o debate sobre a defesa ativa é uma questão crítica. Os comandantes inicialmente se empenham nas batalhas segundo diretrizes estabelecidas. A inovação surge depois que a batalha começa e os conhecimentos convencionais falham. O debate é importante porque a doutrina precisa ser traduzida através de uma instrução que conduza a uma capacidade de vencer a batalha." (Wagner, 1980, 4).

## ORIGEM DA DEFESA ATIVA

De 1965 até 1973 o Exército dos Estados Unidos esteve envolvido em operações de combate de grande escala no apoio à República do Vietnã do Sul. Em consequência de uma necessidade operacional imediata, o planejamento e a instrução para o Sudeste Asiático receberam uma relevante prioridade de recursos do Exército americano. Com o desengajamento final das forças dos Estados Unidos, em 1973, esta situação chegou ao fim e as lideranças do Exército puderam, então, aplicar um esforço significativo no planejamento e nos estudos dirigidos para áreas de interesse além daquelas referentes à Guerra do Vietnã.

Ficou rapidamente evidente para muitos dos oficiais graduados do Exército dos Estados Unidos, que a situação mundial era muito diferente daquela existente na época da entrada do Exército americano em operações de combate no Vietnã. Realmente, ficou cons-

tatado que muitas das considerações básicas, que na verdade determinariam o emprego de forças do Exército americano em operações de combate, não podiam ser mais eficazmente praticadas com o emprego de doutrinas oficiais antigas. Numa tal situação, tornou-se imperativo chegar-se a uma avaliação criteriosa da nova situação mundial e, onde necessário, redefinir a doutrina do Exército americano, a fim de moldá-la às novas realidades que, seriam de esperar, viriam a ocorrer no campo de batalha moderno. Dois aspectos ressaltariam esta necessidade: uma avaliação estratégica atualizada da principal ameaça que viria a ser enfrentada pelos Estados Unidos, contra a qual provavelmente o Exército viria a ser empregado, e uma avaliação das enormes mudanças que a tecnologia moderna já tinha introduzido em operações táticas de combate.

### a) Considerações Estratégicas

Na avaliação do futuro possível emprego do Exército dos Estados Unidos, tornou-se evidente que "a luta na Europa Central contra forças do Pacto de Varsóvia, seria a missão mais importante que viria a ser atribuída ao Exército americano". Numa tal situação, as realidades estratégicas que seriam enfrentadas pelo Exército dos EUA, depois de 1973, eram marcadamente diferentes daquelas que tinham sido empregadas no passado. Na Segunda Guerra Mundial, na Guerra da Coreia, e na do Vietnã, o Exército dos EUA tinha lutado



com uma superioridade em termos de equipamento e suprimentos jamais igualada por nenhuma outra força. Depois da Segunda Grande Guerra, quando confrontado por um Exército soviético potencialmente hostil, com unidades e equipamentos numericamente em disponibilidade ainda maior, o Exército dos EUA contará com uma superioridade quanto à qualidade de seu equipamento e com uma superioridade nuclear irresistível, a fim de contrabalançar a superioridade numérica das forças soviéticas.

Depois de 1973, contudo, o Exército dos EUA se defrontou com a realidade estratégica de que, na Europa Central, não poderia contar com uma superioridade numérica ou qualitativa, sobre as forças do Pacto de Varsóvia, que proporcionasse uma certa segurança. Em lugar de uma nítida superioridade nuclear, os Estados Unidos se defrontariam, cada vez mais, com uma situação na qual a União Soviética poderia igualar os Estados Unidos tanto em armamentos estratégicos, como em armamentos nucleares táticos. Ao mesmo tempo, nas forças soviéticas se processava um grande aumento em termos de capacidades de combate convencional. A OTAN não podia mais contar com a capacidade de superioridade nuclear dos Estados Unidos, nem com a melhor qualidade de seu arsenal convencional de forma a igualar a superioridade numérica de um ataque convencional em potencial, desfechado por forças

do Pacto de Varsóvia contra a Aliança Ocidental.

Além do mais, ao contrário da experiência americana na Segunda Guerra Mundial, existia a probabilidade de não haver tempo suficiente para que as forças dos Estados Unidos pudessem alcançar um aumento no seu poderio depois do início das hostilidades. As forças do Pacto de Varsóvia tinham 100% de mobilidade e, com superioridade numérica, poderiam conduzir operações com uma expectativa realista de conseguir uma rápida vitória, uma vez que uma brecha importante tivesse sido alcançada sobre as defesas da OTAN. A capacidade de alcançar uma tal penetração pode muito bem ser atingida pelas forças soviéticas e seus aliados do Pacto de Varsóvia, por sua capacidade de concentrar um poderio de combate superior contra a extensa linha de defesa da OTAN. Na vital região central da Europa, por exemplo, as forças do Pacto de Varsóvia poderiam contar com a expectativa de desfrutar de uma vantagem numérica na proporção de 2 para 1 em divisões de combate, de 2,4 para 1 em carros de combate, e de 2,3 para 1 em aviões táticos.<sup>1</sup> Esta superioridade, aliada à iniciativa possuída pelo atacante, facultava uma ampla capaci-

<sup>1</sup> William O. Staudenmaier, Coronel, Exército dos Estados Unidos, "Algumas Implicações Estratégicas para Combater em Inferioridade no Campo de Batalha da OTAN", *Military Review*, Forte Leavenworth, Kansas, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, maio de 1980, pág. 40.



dade para que as forças do Pacto de Varsóvia pudessem empregar sua estratégia em concentrar um poderio de combate esmagador para conquistar uma brecha. Desta forma, existia um cenário viável através do qual uma invasão das nações da OTAN pelo Pacto de Varsóvia poderia lograr um rápido avanço até a costa do Atlântico e, conseqüentemente, os Estados Unidos possivelmente viriam a enfrentar uma situação na qual estariam incapacitados de aplicar tanto o seu poderio nuclear, como ordenar, em tempo hábil, recursos convencionais oriundos dos Estados Unidos para influenciar o resultado.

Confrontado com um tal cenário, os oficiais de planejamento do Exército dos Estados Unidos acharam que "era bem provável que a primeira batalha da nossa próxima guerra viesse a ser a última". Conseqüentemente, para cumprir sua missão fundamental — vencer a batalha terrestre — o Exército americano tinha que estar preparado, acima de tudo, para vencer a primeira batalha da próxima guerra, e uma vez que nos encontrássemos nela envolvidos, deveríamos "procurar, então, igualmente vencer a segunda, a terceira e a batalha final". Levando-se em conta o contexto estratégico dentro do qual seria travada esta "primeira batalha", fica evidente que o Exército dos Estados Unidos teria de desenvolver uma doutrina tática que permitisse que suas Unidades, mesmo lutando em inferioridade numérica, pudessem vencer.<sup>2</sup>

## b) O Impacto Tecnológico Sobre a Doutrina Tática

Um segundo impulso de importância na busca do Exército dos EUA para uma doutrina tática foi proporcionado em 1973 quando, em outubro daquele ano, irrompeu a nova Guerra Árabe-Israelense. As lições daquele conflito mostraram o impacto que a tecnologia avançada exercia, agora, sobre operações táticas. A eficiência de mísseis terra-ar, a guerra eletrônica, munições dirigidas de alta precisão, e mísseis dirigidos anticarro, apontavam os enormes avanços em poderio de fogo que se encontravam à disposição de forças no campo de batalha moderno.

Os mísseis dirigidos anticarro evidenciaram a necessidade de se reformular uma doutrina tática. Por exemplo, a 14 de outubro de 1973, mais de 2.000 carros de combate se defrontaram no Deserto de Sinai, e mais de 300 foram destruídos, muitos deles por mísseis dirigidos anticarro de tamanho relativamente pequeno. Posteriormente, em 1973, o General W. E. DePuy, então comandante do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos Estados Unidos, comentava:

"Se a proporção das perdas (de carros de combate) fosse extrapolada aos campos de batalha da Europa, durante um período de 60 a 90 dias, as perdas resultantes po-

<sup>2</sup> Manual de Campanha 100-5, Operações, Washington, D.C., Departamento do Exército dos EUA, julho de 1976, pág. 1-2.



leriam atingir a níveis para os quais o Exército dos EUA não está de modo nenhum preparado." (Gains,<sup>6</sup> 1980, 33.)

Durante esse período diversos estudos foram empreendidos, os quais se destinaram a permitir que o Exército americano pudesse avaliar o nível exato através do qual os novos armamentos tinham aumentado a aptidão da defesa em destruir até mesmo forças atacantes em massa. Num determinado caso, uma força blindada americana, em posições defensivas bem preparadas, poderia prever uma multiplicação, de diversas vezes, de sua eficácia para destruir blindados soviéticos atacantes, numa comparação com os resultados que poderiam ser previstos, se ambas as forças atacantes e de defesa se defrontassem numa batalha de manobra aberta. Foi constatado, por exemplo, que a probabilidade de atingir o alvo com um único disparo, contra um carro de combate inimigo, era aproximadamente igual tanto para o M60A1 americano como para os carros de combate T-62 soviéticos. Contudo, o M60A1, que se encontra numa posição de disparo de desenfiamento de casco, seria 50% menos vulnerável a fogo contrário, da mesma forma que o carro de combate que o estivesse atacando. Do mesmo modo, dado que o carro de combate que se está defendendo geral-

mente terá a vantagem de disparar o primeiro tiro com uma maior precisão de pontaria, ficará com uma enorme vantagem de até 9 vezes maior, para acertar com o primeiro disparo. Desta forma, pela utilização de posições de batalha bem selecionadas, os elementos dos carros de combate dos EUA, em inferioridade numérica, poderiam não só conseguir uma proporção maior de acertos contra uma força atacante de carros de combate soviéticos, como também alcançar uma probabilidade maior de sobreviver para combater mais e mais. Com efeito, as vantagens dos modernos armamentos dos carros de combate e dos dispositivos de pontaria, conjugados com o emprego adequado, multiplicariam significativamente a eficácia das forças da OTAN.<sup>3</sup>

### c) Necessidades da Defesa para um Campo de Batalha na Europa

Devido a considerações de ordem política, as forças da OTAN estão obrigadas a assumir uma postura defensiva. Além disso, por causa da natureza ofensiva dos blindados das forças do Pacto de Varsóvia, em virtude do terreno propício da Europa Central para operações mecanizadas e em vista de que as forças aliadas precisam fazer planos para combater em inferioridade numérica, as nações da

<sup>6</sup> GAINS, Daniel, Coronel, Exército dos EUA, "Combater em Inferioridade e Vencer? — Contra Quais Riscos?", Parte I, *Military Review*, dezembro de 1980, pág. 31-45.

<sup>3</sup> Manual de Campanha 71-2, "O Carro de Combate e a Força-Tarefa de um Batalhão de Infantaria Mecanizada", Washington, D.C., Departamento do Exército dos EUA, 30 de junho de 1977, pág. 1-2, 1-3.



OTAN se têm voltado para uma posição defensiva como um multiplicador de forças. Antigamente, um atacante procurava alcançar uma proporção de força de 3 para 1 sobre o defensor no ponto decisivo. Em vista do alcance dos armamentos modernos, as forças lideradas pelos soviéticos procuram atingir uma concentração de poderio de combate de até 6 para 1 sobre o defensor no momento decisivo. Esta doutrina soviética lançou a OTAN a procurar alcançar uma maximização da potencialidade ofensiva de suas forças.<sup>4</sup>

Ainda que os oficiais de planejamento do Exército dos EUA possam considerar isto como compatível com as lições da Guerra Árabe-Israelense de 1973, tiveram, também, que fazer face à conclusão de que a doutrina defensiva, em vigor no Exército dos EUA, não podia se adaptar totalmente à nova potencialidade de fogo de nossos armamentos modernos, nem evitar uma penetração de um inimigo que podia concentrar uma proporção de força de 6 para 1 contra o defensor. Era esse, particularmente, o caso da Europa, onde uma divisão poderia facilmente contar com uma linha defensiva de 40 a 60 quilômetros, e até mesmo de 80 quilômetros.

<sup>4</sup> William O. Staudenmaier, Coronel, Exército dos Estados Unidos, "Algumas Implicações Estratégicas para Combater em Inferioridade no Campo de Batalha da OTAN", *Military Review*, Forte Leavenworth, Kansas, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, maio de 1980, pág. 49.

#### d) Doutrina Defensiva Tradicional

Até 1976 a doutrina tática do Exército americano especificava duas formas de defesa: a Defesa de Área e a Defesa Móvel. A defesa de área está fundamentada na tomada de um terreno específico, cuja posse permite ao defensor sustar o atacante. A área de defesa avançada ou Área de Combate Principal — *Main Battle Area* (MBA) — normalmente contém a maior parte das forças defensivas, e uma reserva relativamente fraca que é conservada para bloquear penetrações inimigas e contra-atacar, a fim de restaurar o Limite Anterior da Área de Defesa Avançada (LAADA) — *Forward Edge of the Battle Area* (FEBA), ou para reforçar áreas ameaçadas. A defesa móvel está orientada em direção à destruição de forças inimigas dentro de uma área pré-determinada, através da qual lhe foi permitido penetrar com suas forças atacantes. Forças mínimas são deslocadas na frente para alertar sobre um ataque iminente, para canalizar as forças atacantes a um terreno menos favorável, impedir e perturbar, e para provocar a sua desorganização. A preponderância do poderio de combate das forças defensivas é preservada por meio de uma sólida reserva blindada ou mecanizada, empregada em ações ofensivas vigorosas de contra-ataques à força inimiga, destruindo-a no momento e local decisivos.<sup>5</sup> Es-

<sup>5</sup> Manual de Campanha 100-5, Operações de Forças do Exército em Campanha, Washington, D.C., setembro de 1968, pág. 6-14.



as operações defensivas correspondem exatamente à doutrina tática em vigor adotada pelo Exército brasileiro.

Estas duas modalidades de defesa se ressentem da capacidade das forças do Pacto de Varsóvia em concentrar forças extremamente pesadas em fronteiras estreitas, com imensos recursos de artilharia, para proporcionar um fogo de apoio maciço de até 70 a 100 canhões por quilômetro na área do ataque principal.<sup>6</sup> Na análise da doutrina soviética, por exemplo, pode ser demonstrado que até Divisões, dispostas numa profundidade de 25 a 30 quilômetros, podem ser concentradas para atingir uma penetração numa linha de 10 a 12 quilômetros. O comandante americano divisionário é advertido de que deve estar pronto para concentrar suas forças para enfrentar 20 a 25 Batalhões (inimigos), que convergem numa tentativa para conseguir uma brecha apenas numa quinta parte do setor da Divisão. Desta forma, uma defesa de área ou defesa móvel de uma Divisão americana que espalha esparsamente duas Brigadas através de uma área de grande largura, e conserva uma Brigada, ou então uma brigada reforçada, para um contra-ataque, será derrotada por um ataque de penetração soviético, por-

que estará enfraquecida em todos os pontos, e se verá completamente envolvida.<sup>7</sup>

Ao enfrentar uma tal ameaça por parte de forças soviéticas, o comandante divisionário precisará, por sua vez, concentrar suas próprias forças no ponto decisivo da tentativa de penetração soviética, a fim de destruir o atacante pelo aproveitamento máximo do terreno e da vantagem de poderio de fogo do defensor. A defesa ativa está projetada para permitir uma tal concentração de forças defensivas.

## O CONCEITO DE DEFESA ATIVA

A situação descrita acima exigiu que os oficiais de planejamento do Exército dos EUA desenvolvessem uma doutrina defensiva para lograr aquilo que nem os conceitos de defesa de área nem os de defesa móvel podiam realizar — deter um ataque soviético de penetração maciça. A nova doutrina defensiva devia atender a duas tarefas fundamentais. Primeiro, o comandante defensor precisa estar capacitado a evitar que se veja subjugado por um ataque de penetração soviético, pela concentração de suas próprias forças no ponto decisivo. Em segundo lugar, as forças defensivas precisam ser capazes de infligir perdas cada vez mais sérias sobre o atacante numericamente superior, ao mesmo tempo em que procura evitar baixas aliadas inaceitáveis. O conceito de defesa ativa foi especificamente projetado para permitir

William O. Staudenmaier, Coronel, Exército dos Estados Unidos, "Algumas Implicações Estratégicas para Combater a Inferioridade no Campo de Batalha do OTAN", *Military Review*, Forte Leavenworth, Kansas, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, maio de 1980, pág. 49.

<sup>7</sup> Manual de Campanha 100-5, pág. 5-3.

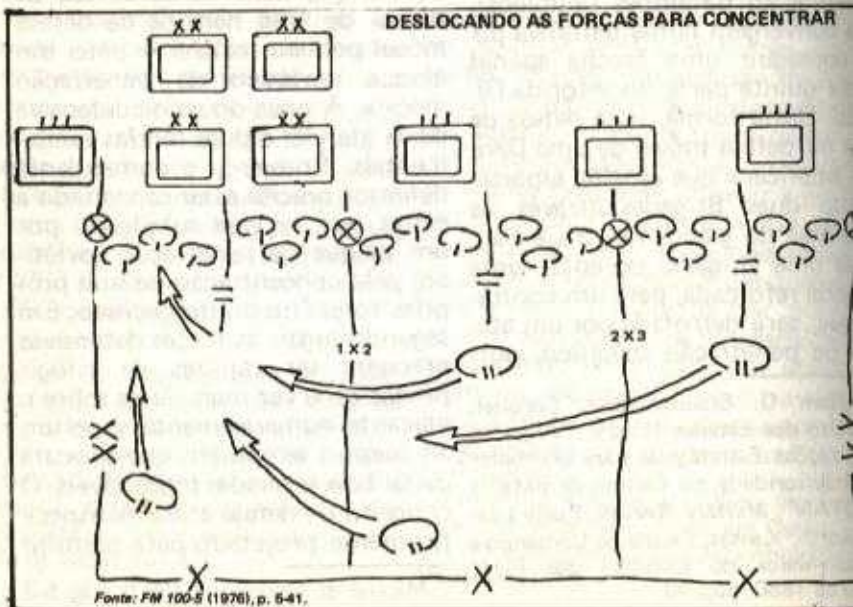
que um comandante de divisão americano possa cumprir essas duas missões.

a) Concentração de Forças Defensivas

Como já foi assinalado, os estudos feitos revelaram que a letalidade de cada vez maior dos modernos armamentos aumentou o poderio das forças defensivas para causar baixas sobre o atacante. Onde a doutrina anterior estipulava que um atacante precisava alcançar uma proporção de combate de 3 para 1 sobre o defensor, ficou agora decidido que, defronte a um defensor bem deslocado, era bem provável que uma proporção entre atacante e defensor de 6 para 1 viesse a ser necessária em certas situações. Desta forma, a doutrina de defesa ativa enfatiza que o co-

mandante defensor deverá, via regra, evitar ficar em inferioridade não abaixo de 3 para 1 em termos de poder de combate, e que, em proporção viria, ainda, proporcionar-lhe uma excelente oportunidade para uma defesa vitoriosa. Durante períodos limitados, seria de prever-se que uma força defensiva poderá sustentar um ataque em proporção até de 5 para 1, se existirem condições favoráveis de terreno, e se houver disponibilidade de apoio de fogo pesado.

Embora isto aumentasse as possibilidades de empreender uma defesa com sucesso, as pesadas concentrações que as forças atacantes podiam alcançar sob a doutrina soviética, continuaram a exigir uma rápida concentração das forças defensivas no ponto de decisão. Dadas as linhas extremamente extensas do campo de ba-





lha da Europa, uma tal concentração implicaria na tomada de graves riscos em setores menos ameaçados do *front*. A aceitação destes riscos ficou implícita na doutrina de defesa ativa.

"Para se defender contra táticas de penetração, os comandantes divisionários não somente precisam concentrar-se no momento e local exatos, mas também precisam ariscar-se nos flancos... Por conseguinte, por exemplo, os comandantes divisionários na Europa necessitam estar dispostos a concentrar um poderio de fogo de 6 até 8 de seus batalhões de manobras, numa quinta parte de sua linha de frente..." (FM 100-5, 1976, 5-3.)

Além disso, a decisão do comandante sobre onde e quando concentrar-se deve ser tomada com a maior rapidez, senão o ataque de penetração soviético, sumamente veloz, simplesmente levará de roldão as Unidades defensivas locais antes que forças adicionais defensivas possam ser concentradas. Com efeito, a defesa ativa demanda que o comandante decida onde vai ocorrer o ataque principal do inimigo, antes que este ataque possa envolver de maneira irresistível os defensores do Limite Anterior da Área de Defesa Avançada (LAADA). Tendo assim procedido, o comandante precisará, então, movimentar suas forças rapidamente para enfrentar o ataque principal.

Para alcançar isto, a defesa ativa exige que o ataque principal do inimigo seja identificado antes do início da batalha na Área da Defe-

sa Avançada. Em consequência, foi grandemente ampliado o papel da força de cobertura em suas operações na Área de Segurança.

#### b) Área de Força de Cobertura

Sob a doutrina de defesa anterior, as forças designadas para a missão de força de cobertura eram relativamente pouco potentes em poder de fogo. Sua missão principal era a de proteger, de um ataque inimigo de surpresa, as forças na Área de Defesa Avançada pelo fornecimento de uma segurança avançada e de uma cortina de contra-reconhecimento. Cumpria, às mesmas, colher informações sobre o inimigo, iludi-lo e, dentro de sua capacidade limitada, retardar suas forças atacantes.<sup>8</sup> Sob o conceito de defesa ativa, tais missões foram significativamente ampliadas, de forma que agora é possível falar sobre a "batalha da força de cobertura" como sendo um elemento principal da operação defensiva.

A missão para colher informações sobre o inimigo assumiu uma extrema importância. O comandante precisa conhecer, antecipadamente, onde vai ocorrer o avanço principal do inimigo. Conseqüentemente, a força de cobertura deverá engajar-se em operações de combate de intensidade suficiente, de forma a eliminar as Unidades de reconhecimento inimigas e esta-

<sup>8</sup> FM 100-5, Operações, Washington, D.C., Departamento do Exército, 1968, pág. 6-15.



belecer contato com seu corpo principal. Um combate de grande intensidade deverá ser iniciado a fim de obrigar o inimigo a deslocar suas Unidades de apoio de fogo e de manobra para poder desfechar o seu ataque principal. Isto fornecerá ao comandante defensor as informações vitais necessárias e, ao mesmo tempo, evitará que o inimigo possa determinar o seu poderio, disponibilidades e localização de Unidades aliadas na Área de Defesa Avançada. Esta força de cobertura de batalha também ganha tempo para que as forças da Área de Defesa Avançada possam se reagrupar para enfrentar o ataque principal inimigo, e para preparar melhores posições defensivas. Além disso, a batalha da força de cobertura atua de modo a eliminar ao máximo possível, a proteção aérea do inimigo, obrigando-o a deslocar esses elementos antes de atacar a Área de Defesa Avançada, ao mesmo tempo em que evita que ele empregue sua artilharia para uma penetração maciça nas posições defensivas da Área de Defesa Avançada. Com efeito, o inimigo é arrastado para fora da cobertura de sua defesa aérea avançada, e para longe de suas posições de artilharia avançada, antes que possa atingir a Área de Defesa Avançada, deste modo diminuindo sensivelmente os seus poderosos recursos de apoio de fogo durante a campanha principal. Finalmente, a força de cobertura procura enfraquecer ao máximo possível o poderio inimigo, enquanto conserva sua própria liberdade de manobra através do emprego de fogo anticarro de

longo alcance, de helicópteros de ataque, e de apoio aerotático.<sup>9</sup> Para concretizar isto, a força de cobertura inicia sua luta no ponto mais avançado possível da Área de Defesa Avançada. Luta até que seja forçada a deslocar-se em direção à Área de Defesa Avançada, ou até que venha a enfrentar o risco de incorrer em perdas inaceitáveis. Mesmo quando isto ocorre, a força de cobertura continuará a combater, à medida em que se desloca em direção a Área de Defesa Avançada, maximizando as perdas inimigas, enquanto minimiza suas próprias baixas.<sup>10</sup>

No propósito de dar cumprimento a esta missão ampliada, o poderio da força de cobertura precisa ser grandemente aumentado, especialmente quando se trata de uma poderosa força anticarro. Uma força de cobertura que esteja operando na frente de uma Divisão poderá ter de 5 até 6 Batalhões de carros de combate pesados, com um acréscimo de artilharia, defesa aérea, e de Unidades de engenharia.<sup>11</sup> Em outros casos, o corpo poderá também deslocar um Regimento reforçado de Cavalaria

<sup>9</sup> FM 100-5, Operações, Washington, D.C., Departamento do Exército, julho de 1976, pág. 5-3.

<sup>10</sup> Manual de Campanha 71-2, "O Carro de Combate e a Força-Tarefa de um Batalhão de Infantaria Mecanizada", Washington D.C., Departamento do Exército dos EUA, 30 de junho de 1977, pág. 5-17.

<sup>11</sup> FM 100-5, Operações, Washington, D.C., Departamento do Exército, julho de 1976, pág. 5-10.



Blindada como uma força de cobertura. Em todas as situações, a força de cobertura deverá contar com uma mistura de todos aqueles elementos normais de apoio de fogo à disposição do defensor, a fim de enganar ainda mais o inimigo quanto à localização da Área de Batalha Avançada.

A força de cobertura pode ser organizada em torno de um quartel-general separado, reportando-se diretamente à Divisão ou ao Corpo, ou então, a Brigadas da Área de Defesa Avançada, que assumirão o controle das Unidades das forças de cobertura que estejam atuando na frente de suas posições. Independentemente do relacionamento de comando que possa existir por ocasião do início da batalha de força de cobertura, à medida que esta progredir e que a força de cobertura se aproxime da Área de Defesa Avançada, alguns ou todos os elementos da força de cobertura virão a ficar sob o controle das Brigadas encarregadas da defesa da Área de Defesa Avançada. Isto facilita a coordenação do apoio de fogo, e alivia as dificuldades inerentes à "intocabilidade" ou transferência de responsabilidades das Unidades da força de cobertura para as Brigadas da Área de Defesa Avançada. Facilita, ainda, o emprego futuro de elementos da força de cobertura, à medida que as Unidades blindadas e mecanizadas forem sendo deslocadas para robustecer a força de cobertura que, normalmente, virá a assumir posições na Área de Defesa Avançada, e que se prepara para, nesse ponto, lutar

sob o controle do quartel-general da Brigada da Área de Defesa Avançada. Elementos de cavalaria da força de cobertura poderão, posteriormente, receber missões que proporcionem uma segurança de flanco ou de retaguarda, manutenção de contato entre as Brigadas, ou para localizar e acompanhar os movimentos do segundo ou terceiro escalões do inimigo. O componente de cavalaria poderá, também, ser empregado dentro da Área de Batalha Avançada com o seu considerável poder de combate anticarro de longo alcance, sendo que a sua flexibilidade os torna acréscimos valiosos para o poder de combate defensivo da Área de Defesa Avançada.<sup>12</sup>

#### c) A Área de Batalha Principal (Área de Defesa Avançada)

Dentro da Área de Batalha Principal, o comandante divisionário organiza sua defesa para destruir as forças atacantes. Uma análise detalhada do terreno e dos principais acidentes capitais é efetuada, e as vias de acesso do inimigo são estudadas, de forma que as forças defensivas possam tirar proveito máximo do terreno. As posições de combate (posições defensivas de onde uma Unidade, desde um Pelotão até uma força-tarefa a nível de Batalhão, pode empreender operações defensivas) e áreas de combate (uma área defensiva na medida de uma força-tarefa de Ba-

<sup>12</sup> Manual de Campanha 100-5, Operações, Washington, D.C., Departamento do Exército, julho de 1976, pág. 5-11; 5-12.



talhão, geralmente contendo diversas posições de combate) são selecionadas e preparadas. Essas posições permitirão que as forças defensivas dominem as vias de acesso inimigas, através da observação e do poder de fogo. O ideal será que tais posições venham a facultar às Unidades defensivas despejar um volume de fogo irresistível sobre os flancos das vias de acesso do inimigo, ao mesmo tempo em que evitam um confronto de frente-à-frente com a força inimiga. Estas posições são planejadas ao longo do limite da Divisão e na profundidade total da Área de Defesa Avançada.

De maneira ideal, o ataque inimigo seria interrompido em local próximo ou no ponto da LAADA (Limite Anterior da Área de Defesa Avançada) pelo fogo das primeiras posições de combate. Contudo, para evitar uma defesa linear insegura, a qual um ataque de penetração inimiga maciça poderia facilmente fragmentar, a previsão seria de que as forças tarefas defensivas se defendam, manobrando em direção a novas posições de combate, e novamente se defendam na profundidade total da Área de Defesa Avançada (MBA) até o ponto máximo necessário para destruir as forças atacantes, ao mesmo tempo em que evitam baixas aliadas inaceitáveis. Cada uma das posições de batalha será desenvolvida a fim de combinar as características de uma emboscada e de uma defesa. Em tais posições, todos os armamentos defensivos são empregados com o posicionamento de cada um

deles, de forma a tirar vantagens de seu raio de alcance e de suas características especiais para maximizar sua eficácia, enquanto diminui a sua vulnerabilidade ao fogo inimigo de contra-ataque ou ao seu fogo de proteção. Desta maneira, a defesa ativa emprega uma sucessão de posições de batalha em profundidade, cada uma das quais impõe pesadas baixas sobre as forças atacantes, com baixas aliadas relativamente pequenas. Desse modo, o inimigo fica sujeito a um desgaste e enfraquecimento, enquanto que as forças defensivas preservam a sua habilidade de combater e de manobrar. Uma vez que o inimigo esteja enfraquecido, ficará, então, vulnerável a contra-ataques de forças defensivas que concluirão a sua destruição.

Na defesa ativa o objetivo é a destruição de forças atacantes, e não a posse do terreno. No entanto, quando um acidente capital do terreno for de suma importância para a defesa, o comandante da Divisão ou da Brigada poderá organizar uma posição de batalha como um ponto forte para conservar este acidente capital de terreno. Da mesma forma, um tal ponto forte poderia ser estabelecido para dar origem a uma "armadilha de fogo" ou a uma emboscada de grande envergadura ou, ainda, para fornecer uma base ou ponto de apoio, em torno do qual outras forças poderiam manobrar ou contra-atacar. O comandante de uma tal posição de batalha teria uma missão de natureza restritiva para conservar aquele trecho específico de terreno. Na maioria das outras



situações, um comandante subordinado receberia um número menor de missões restritivas, que lhe permitiriam exercitar as capacidades totais de sua Unidade — defesa, apoio, ataque — de modo a destruir o inimigo dentro de sua própria zona de ação, área de batalha, ou posição de batalha.

Sob o conceito de defesa ativa, a responsabilidade principal do comandante divisionário é a de concentrar suas forças dentro da MBA (Área de Defesa Avançada), a fim de encontrar e destruir o ataque inimigo principal. Portanto, à medida que ele recebe informações recolhidas pela força de cobertura e de outras fontes de informações, o comandante divisionário se desloca rapidamente para realocar suas forças-tarefas combinadas dentro das suas Brigadas defensivas, de modo que esteja capacitado a alcançar a concentração necessária no local e hora decisivos. As forças-tarefa dos Batalhões são deslocadas lateralmente dos setores menos ameaçados da Brigada para aquele setor da Brigada que deverá enfrentar o ataque principal. Helicópteros de ataque e recursos de apoio de fogo são igualmente concentrados para destruir o ataque principal do inimigo. A Divisão, provavelmente, contará apenas com uma pequena reserva não comprometida, em vista da probabilidade de ter que defender extensas frentes de batalha, do uso prematuro dos recursos divisionários na batalha da força de cobertura, assim como da necessidade de maximizar o efeito do poderio de fogo de todas as Unidades. De

qualquer modo, a mobilidade de forças-tarefa mecanizadas e blindadas permitirá ao comandante divisionário extrair rapidamente uma força-tarefa de um setor e redescará-la para outro, conforme necessário.<sup>13</sup>

O comandante da Brigada recebe as forças-tarefas destacadas pelo comandante divisionário, e comanda o combate dentro do seu setor, pela escolha das posições de combate, designando Unidades de níveis específicos para aquelas posições de combate, e determinando a missão de cada Unidade nessas posições de combate — atacar, defender, apoiar por meio de fogo, atacar etc. À medida que a batalha se desenvolve, o comandante da Brigada deverá movimentar suas forças defensivas de uma posição para outra, de forma que possa alcançar o maior proveito possível de seus armamentos, do terreno e de minas ou de outros obstáculos dos quais ele tenha podido fazer uso. Presumindo que a missão mais normal que ele venha a receber do comandante divisionário seja relativamente pouca restritiva, estará ele em condições de utilizar, se necessário, todo o terreno dentro de sua zona de ação, para destruir as forças atacantes. Naturalmente, consideração deverá ser dada à necessidade de coordenar as ações defensivas da Brigada com aquelas de Unidades vizi-

<sup>13</sup> Manual de Campanha 100-5, Operações, Washington, D.C., Departamento do Exército, julho de 1976, pág. 5-3, 5-4.

nhas, mas sua defesa deverá permanecer elástica. Deverá estar pronto a absorver o choque do ataque inimigo, retardar-lhe o avanço, enfraquecê-lo e depois, destruí-lo.<sup>14</sup> É de se esperar que a conjugação de todas as vantagens do poder de fogo da defesa, repetidas por diversas vezes em cada série de posições em profundidade, apoiada pela Artilharia, apoio aéreo próximo e helicópteros de ataque, deva facilmente ocasionar baixas extremamente pesadas ao inimigo atacante. "Combinada com contra-ataques curtos e vigorosos, frente a elementos inimigos a descoberto e enfraquecidos, esta defesa pode e deverá ter sucesso."



<sup>14</sup> Manual de Campanha 100-5, Operações, Washington, D.C., Departamento do Exército, julho de 1976, pág. 5-5, 5-6.





## O DEBATE SOBRE A DEFESA ATIVA

A partir da introdução da doutrina da defesa ativa, em 1976, e continuando até o presente, um intenso debate tem ocorrido dentro do próprio Exército dos EUA a respeito dos méritos e defeitos do novo conceito de defesa. Desde o início, houve uma concordância geral entre os oficiais do Exército de que nem o conceito de defesa de área nem o de defesa móvel poderiam ter êxito contra um ataque de penetração do estilo soviético na Europa. Contudo, muitos duvidavam de que o conceito de defesa ativa fosse a alternativa correta para o Exército dos EUA. Muitos outros oficiais aceitaram o conceito com um todo, mas faziam objeção a determinados aspectos da defesa ativa conforme delineados no *FM 100-5* (1976), bem como a série completa de manuais táticos de campanha que se seguiram desde 1976.

### a) Será que a Defesa Ativa é uma Doutrina Viável?

As críticas iniciais sobre a doutrina de defesa ativa, depois que ela foi formulada inicialmente em 1976, eram totalmente previsíveis. A nova doutrina de defesa era radicalmente diferente daqueles conceitos de defesa móvel e de área, que tinham sido ensinados a todos os oficiais do Exército americano, e para os quais cada um deles se sentia habilitado a empreender, mesmo sob circunstâncias as mais adversas, se necessário. Muitos oficiais, portanto, encaravam este novo conceito com ceticismo, de-

clarando que, embora fosse um excelente conceito para uma sala de aula ou para um exercício de posto de comando, simplesmente não funcionaria em campanha. Argumentos tais como os que se seguem, eram ouvidos: era extremamente complexo; exigia em demasia da operação pela força de cobertura; dependia por demais da nossa capacidade de estabelecer comunicações rápidas e contínuas em face às capacidades da guerra eletrônica soviética; presumia demasiadamente sobre a nossa aptidão de rapidamente deslocar forças-tarefa pelo campo de batalha frente a uma artilharia inimiga pesada e poder de fogo aerotático etc.

Tais dúvidas eram inevitáveis a respeito de um novo conceito doutrinar tão radicalmente diferente da doutrina anterior. Uma grande parte do ceticismo inicial ficou reduzida depois que numerosos exercícios de instrução de campanha, assim como de simulações por computador e exercícios de posto de comando, demonstraram que a defesa ativa proporcionava, de fato, um método para derrotar um ataque de penetração soviético e que podia, realmente, ser empregado em condições de campanha. Assim, ficou evidenciado nesses exercícios que a defesa ativa com muita frequência alcançava êxito defronte a um cenário de penetração soviética, ainda que inúmeras modificações aos procedimentos táticos das Unidades, bem como alterações e aperfeiçoamentos de equipamentos se fizessem necessários para tornar o conceito total-



mente funcional. O resultado deste aspecto do debate sobre a defesa ativa teve duas conseqüências importantes. Primeiramente, convenceu a muitos daqueles que inicialmente tinham afastado o conceito de defesa ativa como sendo impraticável, que a defesa ativa era uma doutrina tática viável — embora muitos achassem que ficava ainda na dependência de uma série de incertezas. Um oficial assim descreveu as suas conclusões:

“O conceito de defesa ativa dos Estados Unidos tem uma porção de “se’s”; se o comando, o controle, e a mobilidade permitirem aos Estados Unidos se concentrarem, se o poder de fogo soviético permitir a movimentação lateral essencial para uma defesa ativa eficaz, se as reservas relativamente pequenas dos Estados Unidos puderem evitar uma penetração do primeiro escalão e se os Estados Unidos puderem conseguir êxito na interdição de forças soviéticas de segundo escalão, então, o conceito de defesa ativa deverá funcionar.” (Staudenmaier, 1980, 49).

Em segundo lugar, o Exército como uma instituição, assim como Unidades individuais e oficiais, foram estimulados a descobrir os métodos para eliminar muitos desses “se’s”. Por exemplo, novos equipamentos foram introduzidos (campos minados pela Artilharia, novos helicópteros de ataque, foguetes e aviões dotados de munição de precisão aperfeiçoada etc.), que facultavam um meio para “estender o campo de batalha” pela interdição dos escalões seguintes das forças soviéticas, e para causar

uma séria erosão ao seu poder de combate antes de chegarem à Área de Defesa Avançada (MBA). Novos métodos táticos e normas gerais para Unidades táticas foram também desenvolvidos para retirar certas dificuldades na consecução da defesa ativa (por exemplo, procedimentos de comunicações aperfeiçoados). Recentemente assim escreveu um oficial, “... as inovações na instrução do Exército dos Estados Unidos ... estão aperfeiçoando a capacidade do nosso comando divisionário e dos nossos elementos de controle para executar de maneira energética a defesa ativa...” (GRIFFIN, 1979). Embora ainda permaneçam muitos problemas, são óbvias as contribuições feitas à capacidade do Exército dos EUA, resultante deste aspecto do debate sobre a defesa ativa.

**b) Será que a Defesa Ativa Prepara o Exército Apenas para Combate na Europa?**

Uma crítica importante, levantada sobre a defesa ativa em meio a esses debates, foi a de que se trata de uma doutrina tática que se aplica unicamente a uma ameaça blindada soviética na Europa Central. Os críticos assinalaram que o Exército americano precisa estar capacitado a realizar um deslocamento em escala mundial. Foi dada ênfase ao fato de que a defesa ativa exige uma estrutura de força mecanizada e blindada, enquanto o Exército dos EUA mantém um grande número de Divisões de Infantaria não mecanizadas, e se vê obrigado a planejar o seu emprego onde forças mecanizadas/



blindadas pesadas não se aplicam, ou onde elas não podem ser transportadas rapidamente, se assim vier a ser necessário. Finalmente, apontaram que, em razão dos riscos que os soviéticos tomariam ao começar uma guerra na Europa, era provável que outros conflitos viessem a surgir em outras partes do mundo. Neste caso, um conflito europeu poderia, de fato, vir a ser o cenário menos provável a ser enfrentado pelos planejadores do Exército americano.

Muitas dessas críticas à defesa ativa, ainda que exatas, são um tanto exageradas. O *FM 100-5* (1976) declara especificamente que a doutrina de defesa está destinada a enfrentar uma ameaça soviética na Europa, e oferece uma justificativa razoável para este enfoque. Porque se trata da única batalha que o Exército dos EUA precisa vencer. A decisão de emprestar prioridade a esta área, portanto, é sensata. Além do mais, o manual de campanha reconhece o fato de que o Exército dos EUA poderá ver-se envolvido em guerra numa variedade de locais e de situações, alguns dos quais incluem operações contra forças não-mecanizadas em áreas remotas das planícies da Alemanha setentrional. O manual assinala, então, que é exatamente por esse motivo que o Exército continuará a manter Unidades que estejam organizadas, equipadas e treinadas para desempenhar missões apropriadas para essas regiões do mundo, e faz referência às forças substanciais pára-quedistas, aerotransportadas e de Infantaria que o Exército Americano conservará

para esta tarefa. Finalmente, em defesa do manual de campanha, deve ser ressaltado que, independente da região geográfica, muito provavelmente, o Exército dos EUA deverá enfrentar uma força que esteja equipada e treinada pela União Soviética e que adote a doutrina tática soviética. Esta declaração é enfatizada pelo manual que, ao depositar confiança no fato de que, embora estruturado principalmente para lidar com a ameaça do Pacto de Varsóvia na Europa, "... Os princípios ora estipulados... se aplicam também a operações militares em qualquer parte do mundo."

Em face do exposto, acima, fica rapidamente aparente que a crítica a este enfoque da defesa ativa com relação à guerra mecanizada na Europa serviu para colocar em evidência as falhas nas condições de capacidade do Exército dos EUA. Uma vez mais, o debate resultou em medidas que aparentemente deverão ser altamente benéficas à habilidade do Exército para aplicar, conforme necessário, o seu poderio em situações de âmbito mundial. Em resposta à avaliação dos problemas para um rápido deslocamento de forças (mecanizadas) pesadas para regiões não-européias, os Estados Unidos iniciaram a implementação do chamado conceito de "Deslocamento Rápido", o qual prevê uma rápida movimentação de forças do Exército, Marinha, Fuzileiros e Aéreas dos Estados Unidos, com o elemento terrestre sendo, pelo menos inicialmente, uma mistura leve/média de for-



ças de Infantaria e de blindados limitados.

Sob o ponto de vista de nível tático, este aspecto do debate sobre a defesa ativa conduziu a uma pesquisa de análise cada vez maior sobre a capacidade do Exército americano empregar seus vastos recursos de Infantaria não-mecanizada num cenário de defesa na Europa. Numerosos artigos têm aparecido em revistas do Exército americano, alertando para o fato de que na Alemanha Ocidental, atualmente, existem inúmeras regiões urbanizadas e com florestas, que não se prestam para um tipo de guerra mecanizada, mas que são altamente propícias para operações de Infantaria desmontada. Em regiões como essas, a Infantaria desmontada pode ser empregada para estabelecer pontos fortes para bloquear penetrações inimigas e canalizar seus movimentos, ao mesmo tempo em que proporciona uma base ou ponto de apoio em torno do qual forças mecanizadas aliadas poderiam manobrar em direção a uma defesa ativa. Exercícios de campanha, realizados na Europa pela OTAN, serviram para comprovar isto. (Em 1978, por exemplo, o autor tomou parte de um tal exercício, Exercício de Instrução de Campanha — *Field Training Exercise* — no qual um Batalhão de Infantaria leve dos Estados Unidos atuava em conjunto com forças-tarefa aliadas mecanizadas contra uma força atacante superior mecanizada. Por ocasião do início da operação de defesa, o Batalhão estabeleceu uma defesa em profundidade, através de uma série de

regiões de florestas, em torno das quais a batalha mecanizada seria obrigada a manobrar. Num período de 24 horas, o Batalhão viu-se engajado frente a elementos de cinco forças-tarefa mecanizadas atacantes, e conseguiu se defender, além de ter recebido o crédito pela destruição de mais de 90 viaturas blindadas e tendo sofrido apenas pequenas baixas na Infantaria leve de defesa. Em diversas outras ocasiões, este mesmo Batalhão de Infantaria leve foi usado para infiltrar-se, a pé ou por meio de aerotransporte, por detrás das forças oponentes para ocupar um ponto forte numa pequena área reforçada. Em cada uma dessas ocasiões, pequenas baixas foram consignadas ao Batalhão de Infantaria pelos controladores do exercício, em contraposição às numerosas baixas que foram julgadas como tendo sido causadas às forças blindadas e mecanizadas opostas, que se viram obrigadas a manobrar contra pontos fortes recém-estabelecidos e localizados na sua retaguarda, ao longo de suas linhas de comunicações.)

c) Houve Falha na Avaliação Correta das Táticas Soviéticas?

O conceito global de defesa ativa está fundamentado na necessidade de uma defesa contra uma doutrina soviética de concentração de forças irresistíveis, ao longo de uma fronteira única, estreita, para empreender uma penetração e conseguir uma brecha nas forças defensivas. Um ataque desta natureza é a avaliação natural que o Exército dos Estados Unidos nor-



malmente faz sobre as táticas ofensivas soviéticas, fundamentada em artigos militares soviéticos, assim como numa análise histórica das práticas empregadas pelos soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial. Existe o perigo, contudo, de que o Exército americano esteja focalizando de modo muito limitado esta suposta doutrina soviética e, como resultado, é possível que tenhamos uma visão demasiadamente estereotipada de suas táticas ofensivas. Ao escrever para a *Military Review* da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército americano, o Major Donald K. Griffin relatou que relatórios recentes demonstravam que os generais soviéticos, podem, afinal de contas, deixar de planejar um ataque único de penetração. Este mesmo oficial conclui que:

"A doutrina do Exército dos EUA sobre a defesa ativa oferece uma ameaça real às aspirações ofensivas soviéticas, se os soviéticos se agruparem maciçamente numa penetração tática única contra forças da OTAN. Sem embargo, os soviéticos dispõem de outras opções de manobras, tais como a tática de penetração múltipla. A literatura soviética divulgada abertamente sobre esta tática, indica que os soviéticos bem sabem que a opção de uma penetração múltipla poderá ter maior êxito do que a tática de penetração maciça única." (Griffin, 1979.)

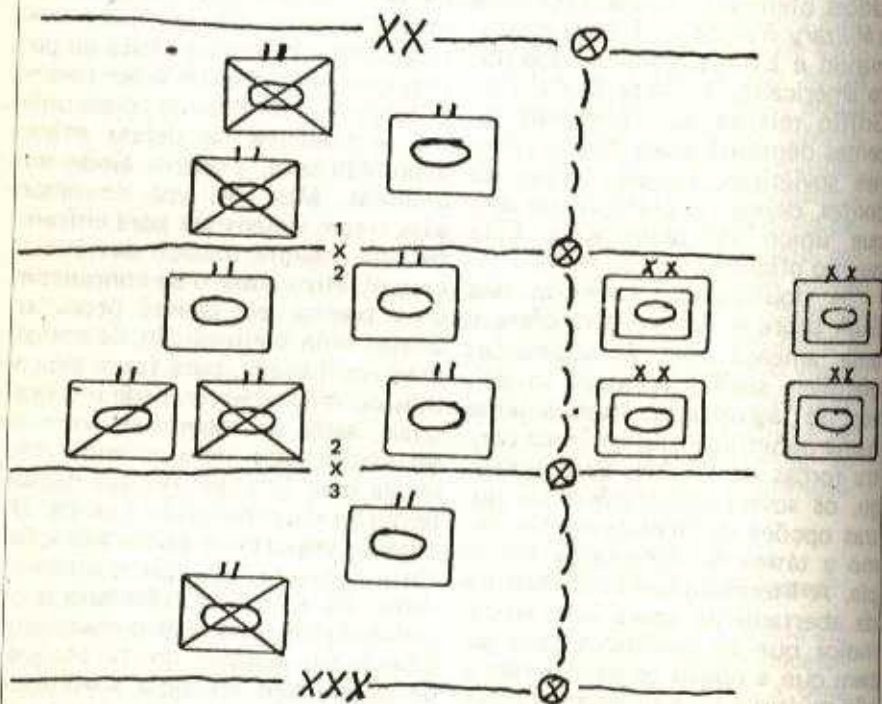
Mas, o Major Griffin, ao contrário, rapidamente assinala que a defesa ativa é: "uma doutrina sensata que conduz a técnicas táticas valiosas. É provável que seja a única

tática que uma Divisão americana possa empregar com êxito contra uma penetração maciça única, dado os níveis atuais de forças... Além disso, se falharmos nos nossos esforços atuais para desenvolver integralmente a defesa ativa, a atenção soviética certamente estará dirigida para a penetração única." (Griffin, 1979.)

No entanto, o sinal de alerta dado por esse oficial proporciona o estímulo necessário para nos afastar de uma avaliação talvez extremamente rígida da doutrina soviética ofensiva. Se uma tática de penetração múltipla vier a ser percebida pelo comandante divisionário, a doutrina de defesa ativa, aparentemente, poderia ainda ser aplicada. Mas, em vez de pesar suas forças defensivas para enfrentar um ataque maciço soviético, cujo objetivo fosse o de conquistar uma brecha, ele deverá procurar adotar uma composição de meios mais equilibrada, para fazer face a dois ou mais ataques, cada um dos quais, seria de esperar-se, viria a ser desfechado pelo inimigo em escala mais limitada do que numa tentativa de penetração maciça. O aspecto importante numa situação desta natureza seria que o comandante da força de cobertura e o comandante divisionário deveriam estar aptos a prever um tal ataque de penetração múltipla soviética, que realmente viesse a ocorrer, e reagir adequadamente. Se uma análise prévia não for feita de uma tal probabilidade, é duvidoso que o comandante americano pudesse reconhecer, em tempo hábil, um ataque soviético deste tipo, para

poder reagir com uma estrutura de força defensiva mais equilibrada. Por conseguinte, a advertência do Major Griffin serve como um lembrete oportuno das opções soviéticas e, como tal, proporciona aos comandantes americanos um sinal de alerta que pode facultar, precisamente, esta análise, caso venha a se dar uma tal situação.

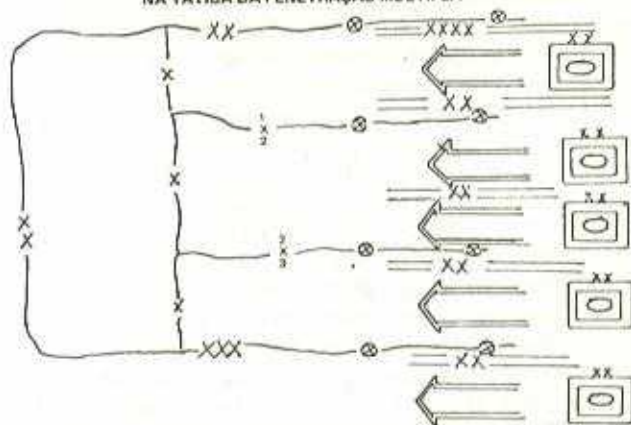
PENETRAÇÃO ÚNICA SOVIÉTICA



Fonte: Griffin, Donald Maj. USA. "If the Soviets Don't Mass." *Military Review*. Fev. 1979.



EXEMPLO DA ALTERNATIVA SOVIÉTICA  
NA TÁTICA DA PENETRAÇÃO MÚLTIPLA



**Defesa Ativa Falha ao não enfatizar uma Ação Ofensiva?**  
 A avaliação do conceito de defesa ativa descrito na edição de 1966 do FM 100-5, muitos criticam a doutrina como tendo falhado ao não dar atenção a ações defensivas adequadas, dentro do esquema global defensivo. Sem uma defesa agressiva como tal, argumentos críticos, a defesa ativa contra a Divisão americana a empreender um combate de erosão com um oponente muito mais forte. Como que a Divisão norte-americana venha a liquidar uns quantos inimigos, para cada baixa sofrida, eventualmente se verá inferiorizada e derrotada. Os críticos apontam a falta de ênfase dada a contra-ataques, às forças de reserva mantidas pelo defensor, e à ausência rígida de ações — defesa, desgastar o inimigo, para depois então lançar contra-ataques libertados — como sendo as principais falhas da defesa ativa. Tais críticas estão bem fundamentadas. Embora o FM 100-5

(1976) estipule especificamente que o ataque é uma parte vital da operação de defesa, frequentemente se torna ambíguo ao empreender ataques espoliadores reais e contra-ataques desfechados pelo defensor, para recuperar a iniciativa do inimigo. A avaliação dos perigos que os armamentos modernos apresentam para forças que estejam manobrando sob fogo e a necessidade de maximizar nosso poderio de fogo por disparos de posições defensivas, fazem com que o manual de campanha não venha a dar a devida consideração ao contra-ataque tradicional. Ao ler este manual, o oficial é informado de que: "Os contra-ataques deverão ser empreendidos apenas quando os benefícios a serem obtidos venham a compensar os riscos a serem tomados, pela capitulação das vantagens inerentes ao defensor." (FM 100-5, 1976, 5-14.) Como resultado, o manual de campanha aconselha que os contra-ataques, geralmente, devam constituir-se de carros de combate e de

ATGM's (Mísseis Dirigidos Anti-carro), que se deslocam em direção aos flancos ou para a retaguarda de um inimigo a descoberto, de onde disparos possam ser dirigidos contra ele a grande distância para destruir a sua força, isto é, contra-atacar apenas com fogo. Além disso, com freqüência, parece que o manual de campanha exige uma seqüência extremamente rígida de eventos que devem suceder-se antes que o comandante defensor possa tirar partido de quaisquer oportunidades para atacar a força inimiga a descoberto. Primeiro vem a defesa, levada a efeito de uma série de posições de combate. Em segundo lugar, vem a erosão do poder de combate do inimigo, à medida que ele ataca através desta série de posições defensivas. Finalmente, se presume que, em determinado ponto, o ataque inimigo deverá estar enfraquecido por este processo e, então, e unicamente nesta ocasião, parece que o comandante defensor terá a oportunidade de desfechar ação agressiva ofensiva contra o ataque inimigo.

Estas primeiras impressões criadas pelo FM 100-5 (1976) ficaram ainda piores pelo modo pelo qual a defesa ativa foi inicialmente ensinada nas escolas do Exército americano e nos manuais de campanha que se seguiram. Ao descrever a situação na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, por exemplo, um oficial ao fazer a crítica, assinalou que a defesa ativa tinha se degenerado numa série de operações de retardamento, conduzida de posições múltiplas de

combate, causando erosão ao inimigo, até que pudesse ser alcançado um equilíbrio de forças. Soamente, então, era que se contemplava uma ação ofensiva agressiva.<sup>15</sup> Termos, tais como "erosão do inimigo" e "espessamento da defesa" eram popularmente empregados para descrever a defesa ativa, e pouco se falava sobre as medidas ofensivas para retomar a iniciativa do inimigo. Na forma como foi descrita por um oficial, a defesa ativa não deveria apenas fazer uma permuta de espaço por tempo, e procurar causar a erosão no inimigo, mas deveria, também, tentar destruí-lo, empregando tanto técnicas ofensivas como defensivas. Lamentavelmente, conclui este oficial, "esta característica de êxito não está desenvolvida de modo adequado nos nossos... manuais de campanha." (Wagner, 1980, 11.)

À medida que se acumulavam as críticas desta rígida interpretação da defesa ativa, isto serviu para estimular a diversos oficiais, levando-os a experimentar uma fórmula mais agressiva de defesa ativa. Inúmeras experiências obtiveram sucesso e os relatórios começaram a aparecer com freqüência cada vez maior em revistas militares dos Estados Unidos. Por exemplo, David Porreca, em 1979, es-

<sup>15</sup> David P. Porreca, "Novas Táticas e Além", na *Military Review*, Forte Leavenworth, Kansas, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, maio, de 1979 (numeração das páginas, desconhecida).



u sobre os resultados impres-  
 ntes alcançados por ele com  
 s ofensivas inovadoras na es-  
 ra da defesa ativa, ao traba-  
 com exercícios de simulação  
 batalha teórica.<sup>16</sup> Outros ofi-  
 escreveram sobre suas experi-  
 cias em exercícios de instrução  
 campanha, nos quais tinham al-  
 do, com êxito, a interpretação  
 conservadora da defesa ativa  
 uma operação defensiva alta-  
 te agressiva. Como exemplo, o  
 onel A. Andreacchi, coman-  
 de de uma Brigada Blindada  
 ricana na Alemanha Ocidental,  
 reveu a aplicação sumamente  
 reitosa feita pela sua Unidade  
 defesa ativa, num exercício de  
 panha de grande envergadura  
 OTAN, envolvendo diversos  
 mentos a nível de Divisão. Nes-  
 exercício, o comandante ameri-  
 o empregou técnicas altamente  
 ssivas na aplicação do conceito  
 defesa ativa. Ataques danifica-  
 es freqüentes lançados contra  
 flancos das penetrações inimi-  
 e em profundidade nas suas  
 as de retaguarda, contribuíram  
 a um resultado do maior êxito.  
 comandante da Brigada repor-  
 que durante o exercício, en-  
 anto empregava a defesa ativa,  
 te de sua Brigada se encontrava  
 cando, ou se deslocando para o  
 que, durante 10 das 14 horas  
 pendidas na fase defensiva do

exercício de campanha. A respeito  
 do emprego de forças de reserva,  
 assim se expressou este oficial:

"Embora haja amplo espaço pa-  
 ra argumentação sobre o tamanho  
 ideal de uma força de reserva, não  
 existe a menor dúvida quanto à  
 necessidade de se contar com a  
 disponibilidade de uma força  
 prõnta a combater. Ainda que a  
 reserva de uma Brigada, a nível de  
 Companhia, possa ser suficiente  
 para bloquear ou reforçar, uma  
 força-tarefa dupla, seria, via de re-  
 gra, o ideal para conduzir contra-  
 ataques bruscos de resposta... Du-  
 rante o exercício de instrução de  
 campanha, nenhuma força ficou  
 sob o controle da Brigada. Por ou-  
 tro lado, a Brigada sempre contava  
 com uma Companhia não compro-  
 metida e sempre foi capaz de le-  
 vantar uma força-tarefa (-) em  
 volta daquele núcleo em pouco  
 tempo." (Andreacchio, 1981, 57.)

O Coronel Andreacchio pode  
 ser considerado como sendo o re-  
 presentante da maneira pela qual,  
 hoje em dia, muitos comandantes  
 de Unidades de campanha estão  
 agora se orientando para tornar a  
 doutrina de defesa ativa numa  
 operação tática que envolva uma  
 ação ofensiva maior. Recentemen-  
 te, um outro comandante assina-  
 lou:

"Precisamos de uma nova defi-  
 nição para a defesa ativa. Devemos  
 reconhecer que, doutrinariamente,  
 a defesa ativa é uma operação con-  
 duzida com o objetivo de destruir  
 forças atacantes, onde não se ante-  
 cipa a tomada do terreno, mas on-  
 de estamos claramente empenha-  
 dos na derrota do inimigo. A rela-

David P. Porreca, "Novas Táticas e  
 m", na *Military Review*, Forte Lea-  
 worth, Kansas, Escola de Comando e  
 do-Maior do Exército dos EUA,  
 o 1979 (numeração das páginas, des-  
 hecida).

ção entre a defesa ativa e a ofensiva é muito mais forte do que aquela entre a defesa ativa e operações defensivas normais." (Wagner, 1980, 13.)

Dessa forma, a discussão sobre a defesa ativa tem levado inúmeros oficiais a achar que a defesa ativa pode ser aperfeiçoada de forma a derrotar e destruir um ataque inimigo, em lugar de apenas sustá-lo próximo aos limites da retaguarda da Unidade. Assim, conceitos mal-interpretados e as ambiguidades resultantes do texto original sobre a defesa ativa no FM 100-5 (1976) e nos manuais de campanha subsequentes do Exército, além da instrução inicialmente ministrada nas salas de aula, estão sendo substituídos por uma avaliação mais claramente definida da importância da ação ofensiva dentro da tática geral de defesa ativa.

**e) Será que o Poder de Fogo é ultra-enfatizado na Defesa Ativa?**

A crítica mais áspera sobre a doutrina da defesa ativa ficou centralizada em torno da questão da relativa importância de poder de fogo contra a manobra. Este aspecto do debate está estreitamente ligado à discussão sobre a ação ofensiva no trecho anterior do trabalho. Contudo, dado que esta questão de enfoque, por parte do Exército americano sobre o poderio de fogo em face à manobra, constitui um ponto fundamental, preferiu-se abordar a questão como um tópico separado no desenrolar do debate sobre a defesa ativa.

O argumento de que a doutrina do Exército dos EUA falha ao não dar ênfase adequada à manobra, por causa do fascínio americano pelo poder de fogo maciço, não é novidade. Os historiadores militares, freqüentemente, ao analisarem as campanhas do Exército dos Estados Unidos, têm criticado as táticas americanas por emprestarem uma ênfase muito grande ao poder de fogo. Ao escrever sobre a Primeira Guerra Mundial, assim como sobre a Segunda Grande Guerra, um analista, recentemente, declarou que: "a confiança que a América deposita no seu poderio físico inigualável permitiu que, no Século XX, o seu Exército antecipasse a destruição das Forças Armadas do inimigo, não pelo envolvimento ou por manobras similares, mas pela aplicação frontal de um poderio irresistível" (Weigley, 1981, Vol. 1, pág. 7). Ainda que outros historiadores não concordem com esta análise,<sup>17</sup> outros oficiais do Exército, ao fazerem suas críticas, temem que a doutrina da defesa ativa seja uma continuação desta inclinação. Assim se queixou um desses oficiais:

"O Exército dos EUA procurou digerir rapidamente as lições da Guerra Árabe-Israelense de 1973 — talvez até rapidamente demais — e produziu um dos manuais mais

<sup>17</sup> Trevor N. Dupuy, Coronel, Exército dos EUA (Reserva), "A Estratégia Militar dos Estados Unidos está Levando uma Boa Surra", na revista ARMY, Arlington, Virginia, Associação do Exército Americano, setembro de 1980, pág. 16-21.



controvertidos jamais publicado: o Manual de Campanha 100-5, Operações. O manual traduz claramente a doutrina tradicional do Exército dos EUA de uma erosão-poderio de fogo aplicada para sustar um ataque convencional do Pacto de Varsóvia na Europa Central. O FM 100-5 focaliza a defesa avançada com destaque para a destruição de brechas inimigas. Não há nada sutil sobre a doutrina, ela advoga um confronto com a força de um ataque soviético de modo frontal e a sua destruição por meio de um poder de fogo maciço. As técnicas de combate descritas no manual destacam métodos quase que mecânicos de luta, ou a aplicação de poder de fogo." (Downing, 1981, 65-66.)

Tais críticas temem, obviamente, que o conceito de defesa ativa tenha resultado numa tática que procura, apenas, enfrentar o inimigo de modo frontal com uma concentração americana correspondente, enquanto dispõe de um poder de fogo defensivo maciço para empreender a tarefa de maneira isolada. Uma tal tática, acham eles, falha ao não explorar a mobilidade do Exército e a vulnerabilidade das colunas atacantes do inimigo. Como resposta, estes críticos advogam uma maior ênfase sobre a manobra, de forma a colocar o poderio de fogo dos EUA contra os pontos vulneráveis do inimigo em todas os estágios da defesa ativa. Na sua maneira de ver, a manobra é o elemento catalisador que faz com que forças-tarefa de armas combinadas possam trabalhar eficazmente no moderno campo

de batalha e que "tiros certos somente contam depois que os armamentos tenham sido deslocados para pontos críticos do campo de batalha, de onde possam causar destruição" (Wagner, 1980, 11). Nesta sua análise, o caminho deveria ser aberto para empregar a manobra na defesa ativa para abranger aquilo que B. H. Liddle Hart descreve como "a aproximação indireta", através da ênfase emprestada ao elemento surpresa, à manobra e aos deslocamentos físico e psicológico do inimigo.<sup>18</sup>

Conforme já foi assinalado anteriormente, isto está ligado de forma inerente às propostas já ventiladas para aumentar o elemento ofensivo dentro da doutrina da defesa ativa e as experiências vitoriosas já mencionadas neste contexto também se aplicam aqui. Uma vez mais, o resultado é que novas aplicações práticas estão sendo feitas para reformular e reestruturar o conceito do Exército sobre a defesa ativa. Novamente, a melhor síntese deste processo de "reavaliação" poderá ser encontrada nas palavras de um Coronel do Exército americano que comandou um Regimento de Cavalaria Blindada na Alemanha Ocidental e que, deste modo, teve uma ampla oportu-

<sup>18</sup> Wayne A. Downing, Coronel, Exército dos EUA, "Poder de Fogo, Erosão, Manobra — A Doutrina de Operações do Exército dos Estados Unidos: Um Desafio para os Anos 80 e Anos Futuros", na *Military Review*, Fort Leavenworth, Kansas, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, janeiro de 1981, pág. 64-65.

nidade para experimentar e testar a doutrina de defesa ativa em condições de campanha. Esse oficial pediu operações de defesa ativa, que seriam empreendidas quando o campo de batalha fosse estruturado através de fogo, barreiras e de manobra, com o objetivo de conduzir operações na retaguarda e nos flancos do inimigo, quando a proporção do poder de fogo fosse favorável e facultasse uma vitória no campo de batalha. Uma tal operação seria de natureza ofensiva e não incorporaria apenas a movimentação de forças não comprometidas na ponta da penetração para enfrentar a força inimiga, mas seria projetada para atingir o inimigo onde ele fosse mais fraco e, assim, conquistar a vitória.<sup>19</sup>

#### f) Prováveis Modificações na Doutrina de Defesa do Exército

Sem dúvida, o Comando de Doutrina e Instrução do Exército dos EUA deverá enviar aos comandos de campanha uma nova versão do Manual de Campanha 100-5. Isto estará sendo feito como uma resposta direta às críticas construtivas geradas pelo debate sobre a

<sup>19</sup> Robert E. Wagner, Coronel, Exército dos EUA, "A Defesa Ativa e Tudo Mais", na *Military Review*, Forte Leavenworth, Kansas, Escola do Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, agosto de 1980, pág. 11. Vide, também, Monografia ECEME ONA 80-110, "A Brigada na Defesa Ativa: Algumas Observações", pelo Major Richard Joseph Wright, Exército dos EUA, a qual contém muitas dessas opções de manobras ofensivas ao abordar a doutrina da defesa ativa.

defesa ativa. Embora não m possível conhecer exatamente que o novo manual de campanha deverá estipular com respeito à doutrina de defesa ativa do Exército americano, fica bastante evidente que o novo manual deverá tratar-se a determinadas questões, mas uma tentativa para responder às perguntas levantadas pelo debate. Podemos tentar apresentar alguns dos resultados mais prováveis que podem ser esperados. Mas estes são meras suposições da parte do autor e, portanto, apresentamos ao leitor, entretanto, da discussão anterior sobre o debate da defesa ativa, o dito que certas suposições conexas às prováveis modificações futuras da doutrina tática do Exército dos EUA sejam óbvias. Para reforçar ainda mais a validade destas suposições, o autor fará uso de um artigo publicado recentemente pelo Coronel Clyde J. Tate e o Tenente-Coronel L. D. Holder, ambos do Exército dos EUA. Como o Coronel Tate é o Diretor do Departamento de Tática na Escola do Exército dos Estados Unidos e o Tenente-Coronel Holder é o formulador de doutrina, no mesmo Departamento, é provável que suas declarações sejam um reflexo do pensamento que venha a ser inserido na nova edição (1980) do FM 100-5.

Inicialmente, é de se prever que a doutrina defensiva revista deverá adotar muitas das alterações propostas em prática por alguns mandantes (tais como o Coronel Andreacchio e o Coronel Wagner) cujas contribuições já foram a



das) devidamente comprovadas em condições de campanha, a fim de aumentar a viabilidade do conceito de defesa ativa. Em outras palavras: é muito provável que pelas alterações já aludidas, que ocorreram para tornar a doutrina de defesa ativa mais "prática", tenham a ser refletidas pela doutrina oficial do novo manual de campanha. Isto porque, "a nossa doutrina atualizada precisa incorporar os aspectos positivos da filosofia atual e os aperfeiçoamentos sugeridos pelas críticas construtivas" (Tate e Holder, 1981, 4).

Em segundo lugar, o novo manual de campanha precisa destacar a confusão e os mal-entendidos da doutrina defensiva gerados por certas ambiguidades da edição de 1976 do FM 100-5. Estas ambiguidades surgiram porque os autores do manual de campanha desejavam dar aos comandantes de unidades uma doutrina bem flexível, sobre a qual poderiam fundamentar as suas táticas. O objetivo é admirável, mas a execução desse conceito, na parte escrita do manual de campanha, resultou em falhas graves. Na busca por uma doutrina flexível, não restritiva, freqüentemente falharam no esclarecimento de seu conceito global de defesa ativa. Ainda mais, nas tentativas de defender mais claramente o conceito de defesa ativa, os manuais de campanha subsequentes (notadamente o FM 71-100, *Operações Divisionárias Blindadas e Mecanizadas*)<sup>20</sup> e a instrução inicialmente dada nas salas de aula sobre a defesa ativa em algumas escolas do Exército, serviram

apenas para destacar os efeitos de poder de fogo moderno e criaram uma seqüência rígida de eventos que se aproximavam muito mais de uma operação maciça de retardamento do que de uma defesa de profundidade flexível.

"Esta versão estilizada da defesa ativa estipulava um deslocamento 'bem avançado' de forças defensivas... Proibia rigorosamente a retenção de reservas substanciais pelo receio de escassear a níveis inaceitáveis forças comprometidas, e pedia, em vez disto, uma concentração pela movimentação lateral ao longo do LAADA — Limite Anterior da Área de Defesa Avançada. A profundidade seria alcançada pela manobra, mas na sua execução, isto muitas vezes era traduzido como sendo um retrocesso, que terminava com uma defesa linear no limite traseiro da Brigada. A ação ofensiva dentro da defesa foi descartada por causa da vantagem numérica antecipada do inimigo... (enquanto) ...as 'vantagens do defensor' (referindo-se às operações de fogo direto de armamentos em posições abrigadas) assumiam um valor tal que contra-ataques ou a retomada da ofensiva se tornava demasiadamente arriscada para ser levada a sério... Foi esta forma rigidamente limitada de defesa que atraiu a atenção das críti-

<sup>20</sup> Clyde J. Tate, Coronel, Exército dos EUA e Tenente-Coronel L. D. Holder, Exército dos EUA, "A Nova Doutrina para a Defesa", na *Military Review*, Forte Leavenworth, Kansas, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, março de 1981, pág. 3.

cas e promoveu a longa série de debates que até hoje continua." (Tate e Holder, 1981, 3-4.)

Assim, é de se esperar que a edição atualizada do FM 100-5 procure reestipular, de modo preciso e cuidadoso, a doutrina de defesa do Exército. "Nossa doutrina precisa ser o mais específica possível, para orientar os comandantes no desenvolvimento de táticas efetivas, mas suficientemente flexível, para ser empregada em qualquer parte do mundo sob quaisquer condições."<sup>21</sup>

A fim de implementar este conceito, é possível que a nova edição do FM 100-5 trate de evitar tentativas para padronizar a forma exata de defesa a ser empregada e, em vez disso, faça a aplicação dos fatores METT — Missão, Inimigo, Terreno e Tropas disponíveis — de modo a determinar a modalidade de defesa mais viável a ser empregada. Desse modo, deverá existir uma variedade de táticas defensivas à disposição do comandante, que utilizará o tipo de defesa mais adequado à situação tática. Essas modalidades deverão variar desde uma defesa estática restritiva ou orientada para a defesa do terreno (Defesa da Área), até um conceito de defesa ativa altamente dinâmico.

Em acréscimo, ainda que a organização do campo de batalha numa operação de defesa não venha a alterar-se, poderão ser esperadas certas mudanças específicas de ênfase na nova revisão do FM 100-5. Entre estas, encontram-se as seguintes:

(1) O termo "defesa ativa" poderá continuar a ser usado ou não. Isto se deve tanto à controvérsia anterior em torno deste termo resultante do debate sobre a defesa ativa, como ao desejo de destacar a necessidade de aplicar uma doutrina de defesa mais variável, que inclua a possibilidade de diversas opções de tipos de defesa dependendo da situação tática. O conceito de defesa ativa, no entanto, permanecerá como uma das alternativas viáveis de defesa a ser empregada pelo comandante no empreendimento de uma operação defensiva coordenada, dentro da "Batalha Aeroterrestre" global... (o termo "Batalha Aeroterrestre" será usado para assinalar a importância da integração de todos os recursos do Exército e Força Aérea dos EUA, seja tanto para operações defensivas como ofensivas, com a finalidade de destruir forças inimigas).

(2) A avaliação da importância do poder de fogo e da destruição avassaladora dos modernos armamentos continuará a ser destacada, mas não ao ponto de que outros fatores, tais como a manobra e o efeito moral da ação de choque sejam negligenciados.

(3) Uma maior ênfase será empreendida na reconquista da iniciativa para confundir os planos ini-

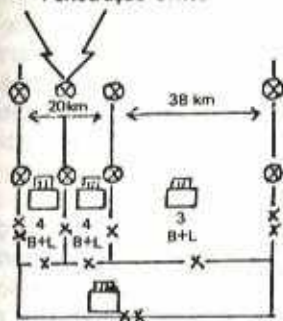
<sup>21</sup> Clyde J. Tate, Coronel, Exército dos EUA e Tenente-Coronel L. D. Holder, Exército dos EUA, "A Nova Doutrina para a Defesa", na *Military Review*, Forte Leavenworth, Kansas, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, março de 1981, pág. 4.



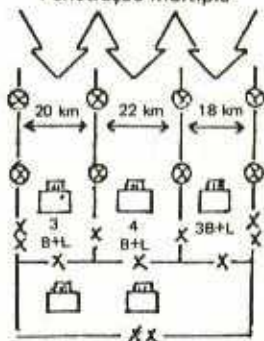
COMPOSIÇÃO DE MEIOS

Para Enfrentar as Alternativas Soviéticas

Composição de Meios Penetração Única



Composição de Meios Penetração Múltipla



migos e para aproveitar a oportunidade para empregar a ação ofensiva dentro da missão global de defesa.

(4) Deverá ser tomado cuidado para evitar qualquer percepção de que a defesa ativa seja considerada como um embate frontal e brutal de erosão contra um inimigo numericamente superior, no qual o defensor meramente concentra suas forças defronte ao ataque inimigo principal. Assim, o elemento vital da manobra, que tinha sido minimizado pela doutrina de defesa ativa anterior, será ressaltado como um meio para utilizar *ofensivamente* forças defensoras contra áreas de fraqueza inimiga.

(5) A doutrina defensiva atualizada provavelmente facultará maior liberdade ao comandante para manter forças de reserva significativas numa operação defensiva do tipo de defesa ativa.

(6) Uma maior atenção será dada à interdição tática das forças

inimigas de segundo e terceiro escalões. Novos armamentos estão sendo adquiridos (tais como, artilharia de maior alcance, helicópteros e aviões táticos mais fortemente armados, munição dirigida de alta precisão e para saturação de área e recursos sumamente aperfeiçoados para aquisição do alvo a grandes distâncias), que tornarão tais táticas mais realistas.

(7) Deverá haver uma provável reestipulação da necessidade de forças leves (infantaria não-mecanizada), assim como de Unidades blindadas e mecanizadas pesadas.

Na análise acima das prováveis alterações na doutrina de defesa ativa, está claro que os aspectos positivos do conceito de defesa ativa deverão ser preservados e reforçados pelo atendimento de muitas das críticas levantadas pelo debate sobre a defesa ativa.

"A 'nova' doutrina defensiva mostra claramente muitas marcas da sua antecessora. Outras con-

xões são mais sutis. Na conjugação de forças de defesa estáticas e dinâmicas, dá como consumado, o que a doutrina de 1976 pretendia fazer, e empresta uma nova ênfase à manobra ofensiva e interdição tática. A nova formulação será menos determinante e mais elástica, mas, na realidade, não representa uma alteração revolucionária." (Tate e Holder, 1981, 9.)

## CONCLUSÃO

Até aqui procuramos oferecer uma descrição do conceito de defesa ativa do Exército dos Estados Unidos e ilustrar a importância do debate interno gerado por este conceito. O autor espera que isto venha ajudar o leitor a compreender a tática de defesa ativa do Exército americano, os motivos que levaram a sua adoção pelo Exército dos EUA, e o processo do debate dentro do próprio Exército, que resultaram nas modificações do conceito original de defesa ativa e para a doutrina defensiva do Exército como um todo.

Além de facultar este entendimento, a preocupação principal deste trabalho foi a de assinalar a importância do debate sobre a defesa ativa do Exército dos Estados Unidos. Este debate não veio invalidar o conceito de defesa ativa. Pelo contrário, em resposta às críticas construtivas levantadas a respeito da doutrina de defesa do Exército americano durante o desenrolar do debate, foram estudadas as falhas das táticas da defesa ativa anterior. Conseqüentemente, a validade do conceito de defesa

ativa como um *tipo específico* de defesa tática dinâmica, veio a ser ampliada. Ao mesmo tempo, a visão da doutrina de defesa do Exército dos EUA que, de 1976 até 1980, enfocava, apenas a defesa ativa, foi ampliada de modo a incluir a idéia de um espectro global de opções defensivas à disposição dos comandantes táticos dentro das quais a defesa ativa é apenas uma das alternativas possíveis.

Mais importante ainda, o debate sobre a defesa ativa deverá ser entendido como um processo extremamente importante, por meio do qual o Exército americano conseguiu aumentar de muito o nível de conhecimento profissional de um grande número de seus oficiais. Enquanto, anteriormente a maioria dos oficiais tinha procurado apenas dominar as técnicas de sua profissão, conforme descrito pela doutrina oficial nos manuais de campanha do Exército americano, uma grande parte dessa oficialidade americana agora se procura ativamente engajada a aperfeiçoar as técnicas existentes encontradas nos manuais de campanha. O resultado alcançado foi de uma doutrina de defesa mais viável e mais flexível, um corpo de oficiais muito mais incentivado na direção ao aperfeiçoamento, e um entendimento profissional apropriado com respeito à doutrina teórica e as realidades práticas, traduzir esta doutrina em ações reais sob condições de campanha. Em suma, a respeito do debate



e a defesa ativa pode ser con-  
 dido que:

"...o debate valeu a pena; a  
 validade do intercâmbio foi das  
 maiores; novos conceitos foram  
 elaborados ao se fazer a crítica e  
 a defesa das idéias atuais; e a maio-  
 ria dos oficiais em serviço foram  
 incentivados a empreender um  
 estudo mais cuidadoso dos proble-  
 mas operacionais da defesa... É  
 muito provável que os debates en-  
 terados pela defesa ativa se  
 constituirão no maior legado que  
 a doutrina terá feito ao Exérci-  
 to". (Tate e Holder, 1981, 2).

## Bibliografia

DREACCHIO, Nicholas A., Coronel,  
 Exército dos EUA, "A Defesa Ativa:  
 Um Retrato Instantâneo", *Military  
 Review*, junho de 1981, pág. 49-57.

DEPARTAMENTO DO EXÉRCITO  
 DOS ESTADOS UNIDOS, Manual de  
 Campanha 17-95 Cavalaria (Field  
 Manual 17-95 Cavalry), Washing-  
 ton, D.C., 1 de julho de 1977.

DEPARTAMENTO DO EXÉRCITO  
 DOS ESTADOS UNIDOS, Manual de  
 Campanha 71-2 O Carro de Combate  
 e a Força-Tarefa de Batalhão de In-  
 fanteria Mecanizado (Field Manual  
 71-2 The Tank and Mechanized In-  
 fantry Battalion Task Force), Was-  
 hington, D.C., 30 de junho de 1977.

DEPARTAMENTO DO EXÉRCITO  
 DOS ESTADOS UNIDOS, Manual de  
 Campanha 71-100 Operações de Divi-  
 são Blindada e Mecanizada (Field  
 Manual 71-100 Armored and Me-  
 chanized Division Operations), Was-  
 hington, D.C., 1 de julho de 1976.

DEPARTAMENTO DO EXÉRCITO  
 DOS ESTADOS UNIDOS, Manual de  
 Campanha 100-5 Operações de For-  
 ças do Exército em Campanha (Field

Manual 100-5 Operations of Army  
 Forces in the Field), Washington,  
 D.C., setembro de 1968.

DEPARTAMENTO DO EXÉRCITO  
 DOS ESTADOS UNIDOS, Manual de  
 Campanha, 100-5 Operações (Field  
 Manual 100-5 Operations), Washing-  
 ton, D.C., 1 de julho de 1976.

DOWNING, Wayne A., Coronel, Exérci-  
 to dos EUA, "Poder de Fogo, Ero-  
 são, Manobra — Doutrina para Opera-  
 ções do Exército dos EUA: Um Desa-  
 fio para os anos 80 e no Futuro",  
*Military Review*, janeiro de 1981,  
 pág. 64-73.

DUPUY, Trevor N., Coronel, Exército  
 dos EUA (Reserva), "A Estratégia  
 Militar dos Estados Unidos está le-  
 vando uma Boa Surra", *Army*, setem-  
 bro de 1980, pág. 16-21.

FORBES, Joseph, "Manual de Campa-  
 nha 100-5: Pontos Doutrinários a Fa-  
 vor e em Contra ainda estão Levan-  
 tando Poeira", *Army*, março de  
 1981, pág. 4-5.

GAINS, Daniel, Coronel, Reserva do  
 Exército dos EUA (R-1), "Lutar em  
 Inferioridade e Ganhar? — Contra  
 quais Riscos?" — Parte I, *Military  
 Review*, dezembro de 1980, pág.  
 31-45.

GAINS, Daniel, Coronel, Reserva do  
 Exército dos EUA (R-1), "Lutar em  
 Inferioridade e Ganhar? — Contra  
 quais Riscos?" — Parte II, *Military  
 Review*, janeiro de 1981, pág. 24-33.

GERHARDT, Igor D., Tenente-Coronel,  
 Exército dos EUA, "Risco: A Deci-  
 são do Comandante", *Military Re-  
 view*, agosto de 1981, pág. 14-17.

GRIFFIN, Donald K., Major, Exército  
 dos EUA, "Se os Soviéticos não se  
 Concentrarem", *Military Review*, fe-  
 vereiro de 1979, numeração das pá-  
 ginas desconhecida.

LIDDEL HART, B. H., *Estratégia*: Fre-  
 derick A. Praeger, 1967.

LIND, William S., "Manual de Campa-  
 nha 100-5 Pontos Doutrinários a Fa-

- vor e em Contra ainda estão Levantando Poeira", *Army*, março de 1981, pág. 4.
- OSETH, John M., Major, Exército dos EUA, "FM 100-5 Revisitado: Necessidade para Melhor Fundamento para os Conceitos?", *Military Review*, março de 1980, pág. 13-19.
- PORRECA, David P., "Novas Táticas e Além", *Military Review*, maio de 1979, numeração das páginas desconhecida.
- STAUDENMAIER, William O., Coronel, Exército dos EUA, "Algumas Implicações Estratégicas para Combater em Inferioridade no Campo de Batalha da OTAN", *Military Review*, maio de 1980, pág. 38-50.
- TATE, Clyde J., Coronel, Exército dos EUA e HOLDER, L. D., Tenente-Coronel, Exército dos EUA, "Uma Nova Doutrina para a Defesa", *Military Review*, março de 1981, pág. 2-9.
- WAGNER, Robert E., Coronel, Exército dos EUA, "Defesa Ativa e Tática Mais", *Military Review*, agosto de 1980, pág. 4-13.
- WEIGHLEY, Russel F., *Tenentes Eisenhower*, 2ª Vol., Boomingtown, Indiana, Indiana Press University, 1981.
- WRIGHT, Richard Joseph, Major, Exército dos EUA, "A Brigada na Defesa Ativa: Algumas Observações", Monografia da ECEME, ONA 80-110, dezembro de 1980.



O Major de Infantaria Douglas Carter McCary, do Exército dos Estados Unidos, tem cursos militares de Pára-quedista, Avançado de Infantaria, Forças Especiais e de Comando e Estado-Maior do Exército, este último feito na ECEME, Rio de Janeiro. É Bacharel em História e Mestre em Estudos da América do Sul, pela Universidade do Texas.